

ESTADOS UNIDOS

Provocações na América Central

Embora já sem nenhum respaldo político ou moral perante a população estadunidense, o governo de Ronald Reagan continua sua política de agressão aos povos da América Central, em especial à Nicarágua. Agora em maio, os EUA realizarão uma grande manobra militar na região, envolvendo 50 mil soldados. Ao mesmo tempo continuam sendo remetidos dólares e mais dólares para os contra-revolucionários, que sofrem séria crise política e organizativa.

As manobras militares, denominadas *Solid Shield* (escudo solitário), serão as maiores já realizadas na região. Será simulado, um ataque à Nicarágua, a partir de Honduras, em mais um ato de provocação contra o governo sandinista. Ainda fará parte da ação bélica a evacuação simulada da base norte-americana de Guantánamo, em Cuba, que segundo os oficiais ianques seria "bombardeada" pelos cubanos em represália ao ataque dos EUA contra a Nicarágua.

Mas mesmo antes da *Solid Shield*, estará em ação a operação *Pegasus-98*, que tem início dia 1º de abril, e envolve 870 soldados ianques, 26 aviões de dez tipos diferentes e marionetes, ou para ser mais preciso, militares hondurenhos.

MERCENÁRIOS EM AÇÃO

Mas a coisa não pára aí. A *Solid Shield* vai desenvolver-se em conjunto com a "ofensiva da primavera", dos contra-mercenários comandados e sustentados pelo governo Reagan - cujo objetivo principal será atacar cidades nicaraguenses. E os "contras" não estão usando balas de festim: pelo menos vinte pessoas morreram nos últimos dias em combates em Jinotega, Nicarágua, segundo informações do presidente sandinista Daniel Ortega. Segundo ele, os "contras" atacaram casas de camponeses, silos de cereais e veículos do governo.

Preparando o ataque, a CIA - Agência Central de Informações dos EUA - começou, dia 20, o embarque de novas remessas de armas para os "contras". Metralhadoras, morteiros, outras armas e munições foram despachados. O armamento foi adquirido com os 40 milhões de dólares liberados pelo Congresso a pedido de Ronald Reagan.

ALTA CORRUPÇÃO

Mas Reagan encontra dificuldades em território norte-americano para sua política belicista. A Câmara pretende que seja esclarecido o destino dos fundos ilegais recebidos pelos "contras". O desaparecimento desse dinheiro é um dos pontos controversos do escândalo "Irã-contras". Os mercenários dizem que não receberam o dinheiro relativo às vendas de armas norte-americanas ao Irã. Mas a investigação feita por parlamentares demonstrou que os "contras" teriam recebido, além dos fundos da operação Irã, auxílio em dinheiro e armas de uma rede que incluía empresários ianques e de outros países.

Na verdade, a Casa Branca teria montado uma rede secreta de apoio aos "contras" em 1983, quando surgiram os primeiros indícios de que no Congresso suspenderia o auxílio aos mercenários. Em março de 1984, o Legislativo dos EUA vetou toda ajuda aos "contras", depois de ser divulgado que a CIA havia minado os portos



As tropas ianques vão "exercitar-se" fazendo provocações na Nicarágua

nicaraguenses sem aprovação do Congresso. No mesmo ano, a Liga Mundial Anticomunista realizou um congresso aqui no Brasil onde discutiu a formação de uma rede latino-americana de apoio aos "contras".

DEFECÇÕES

Essa situação toda é agravada pelos problemas enfrentados pelos próprios "contras", divididos entre as várias facções de vende-pátrias nicaraguenses e

atolados até a medula em denúncias de corrupção. No dia 10 de março, Arturo Cruz renunciou à direção da União Nacional Opositora - a fachada dos mercenários que atuam na Nicaraguá. A UNO, organismo criado sob inspiração do Departamento de Estado e serviço de espionagem ianques, já não consegue livrar-se das contradições internas em que se dilacera. Três semanas antes de Cruz, foi a vez de Adolfo Calero renunciar à direção da entidade.



Racistas recuam

No ano passado, cerca de 5 milhões de trabalhadores negros faltaram ao serviço no dia 1º de Maio na África do Sul. O governo racista nunca reconheceu o Dia dos Trabalhadores, por isso ocorreram confrontos entre negros e soldados racistas nas ruas. Neste ano, o presidente Pieter Botha parece ter aprendido a lição. Ele não reconheceu o Dia do Trabalhador, mas declarou feriado a primeira sexta-feira de maio. Olhe no calendário: a primeira sexta-feira é 1º de Maio, Dia do Trabalhador!

Totalmente demais

O Exército dos Estados Unidos pretende narcotizar seus soldados antes que entrem em ação. "Não é preciso ter muita imaginação para perceber uma situação onde o *dopping* sanguíneo seria muito útil", afirmou Michael Sawka, do Centro de Pesquisas do Exército. Dopados, os soldados poderão realizar barbaridades mais ou menos quando destacados para bombardear Trípoli, invadir Granada ou atacar a Nicarágua.

Sem explicações

O general Alfredo Stroessner, ditador do Paraguai, mandou soltar, no dia 20, o sindicalista Victor Baez Mosqueira, preso pouco antes de uma reunião com trabalhadores no dia 18. Mosqueira é secretário geral da Federação dos Bancários e dirigente do Movimento Intersindical dos Trabalhadores. Foi preso sem acusação e solto sem explicação.

Je vous salue, France

Não é só no Brasil que as obras francesas - como "Je vous salue, Marie", de Godard - são censuradas. Agora na própria França o governo de direita ataca a liberdade de expressão. O livro "O agente negro, uma toupeira no caso Abdullah", sobre terrorismo e ações do serviço secreto francês, não pode mais ser lido pelos franceses - a polícia queimou seus 17 mil exemplares. E o governo proibiu também um romance de Mathieu Lindon.

O rasgado e o remendado

O governo de Israel não manterá mais relações militares com a África do Sul. Segundo o ministro do Exterior, Shimon Peres, a medida visa combater "a discriminação racial" existente contra os negros sob o governo do *apartheid*. Soa irônico. Afinal, negros e árabes são também discriminados pelo governo sionista de Israel...

Para ler e sonhar

O subsecretário da ONU para assuntos de desarmamento, Yasushi Akashi, afirmou que o mundo estará gastando em breve 3 bilhões de dólares por dia em atividades militares. Ele lembrou que as 50 mil ogivas nucleares existentes no mundo tem uma potência igual a 1 milhão de bombas como a que destruiu Hiroxima.

Arrocho iugoslavo

No início do mês eclodiram greves na Iugoslávia, envolvendo 8 mil operários. Os trabalhadores protestam contra o congelamento salarial decretado pelo governo do falso socialismo autogestionário. O primeiro-ministro Branko Mikulic quer reduzir a inflação, de 130% ao ano, sem mexer no lucro das empresas. Daí, a solução é arrochar salários.

Inimigo interno

A receita de Mikulic nada deve às pregações dos mais empedernidos capitalistas. É a resposta dos operários é a luta de classes - greve contra um Estado que, de operário, nada tem. Mas Mikulic não se intimidou: manteve o congelamento dos salários, aumentou os preços da gasolina e do gás em 16% e 25,6%, e ainda ameaçou soltar o Exército contra a população "caso a ordem constitucional seja ameaçada".

O último, apague a luz

Na Polônia, que também se diz socialista, os militares estão no poder desde 1981. Mas se a "ordem constitucional" foi salva (e foi?), a situação do povo não melhorou. Segundo o jornal "Polityka", órgão oficial do governo, cerca de 90% dos jovens poloneses querem sair do país e buscar vida melhor em outras terras - longe dos milicos, de preferência.

Fantasma do desemprego

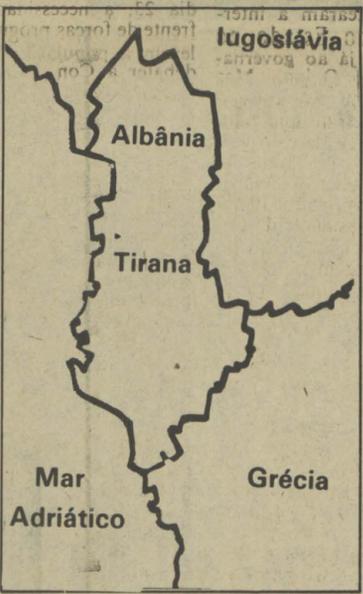
Segundo Vladimir Kostakov, do Comitê Estatal de Planificação Central da URSS, as modernizações da economia soviética, com a incorporação de robôs nas indústrias, levará à redução de 17% no número de empregos no setor produtivo nos próximos 14 anos. Isso equivale à diminuição de 16 milhões de vagas para os operários. É a URSS planejando o desemprego dos proletários que, teoricamente, estariam no poder.

Filhos da pátria

Das Forças Armadas da URSS "não fazem parte nem de longe os melhores representantes do povo". Não, a acusação não é de nenhum anti-soviético. É o jornal "Pravda". O órgão oficial dos PCUS cita especificamente um general de Kaliningrado como exemplo. O general confiscava os salários dos cadetes e os repartia entre oficiais, além de patrocinar "festas regadas a vodka, conhaque e champanha".

Aqui dá certo

Os trabalhadores cooperativados de Ligeiras, distrito de Korça, na Albânia, estão satisfeitos. Eles cumpriram com êxito, no ano passado, o plano de produção de trigo, feijão, batata, tabaco etc. E comunicaram à população: "O rendimento por habitante em nossa vila é dos mais elevados de Korça. E os resultados se refletem em nossa vida socialista. Atualmente, cerca de 97% das casas são novas. E a expectativa de vida, que era de 39 anos de 1958, agora é de 71 anos - um outro mundo, o verdadeiro mundo socialista".



Estreitam-se os laços com o Brasil

Na última segunda-feira, dia 23, desembarcou em Brasília, para apresentar credenciais ao governo brasileiro, o embaixador da Albânia, Piro Andoni. De origem camponesa, o representante do povo albanês era criança quando da luta de libertação nacional em seu país, que culminou com a fundação da República Popular Socialista da Albânia em 1944. Vários de seus familiares lutaram contra o fascismo, um deles, inclusive, consagrado como herói nacional. Como jornalista, trabalhou na Rádio Tirana, escrevendo muitos textos sobre a América Latina e o Brasil, especialmente. Falando fluentemente o espanhol e arranhando o português, Piro Andoni foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, e depois pelo próprio presidente, da República, no Palácio do Planalto.

Este acontecimento é um passo importante no estreitamento das relações diplomáticas entre os dois países. Em outubro do ano passado, o embaixador do Brasil em Roma também cumpriu o mesmo ritual se apresentando ao governo da Albânia em Tirana. Desta forma completou-se o trâmite formal que elevou o nível das relações diplomáticas ao estágio de embaixada cumulativa. A disposição exposta pelo novo embaixador ao governo brasileiro é de estreitar igualmente as relações científicas, econômicas e culturais com o Brasil.

RELAÇÕES EM 1963

O primeiro acordo diplomático do Brasil com a Albânia data de 1961, quando o então primeiro-ministro Tancredo Neves e o chanceler Santiago Dantas firmaram o decreto que estabeleceu relações diplomáticas entre os brasileiros e albaneses. Em 1963, vários países assinaram um acordo de preservação de bens culturais - e os dois países estavam entre os signatários. Na última Mostra do Cinema Internacio-

nal, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo, a Albânia enviou um de seus filmes premiados no Festival de Salerno e na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, dois cientistas albaneses apresentaram trabalhos sobre agricultura e democracia. No último ano, o comércio restringiu-se ao volume de US\$ 500 mil, envolvendo produtos primários brasileiros, principalmente o café.

Alguns representantes da imprensa que participaram de uma entrevista coletiva durante a apresentação das credenciais foram convidados para visitar o "país das águias", como é também conhecida a Albânia. "Por que é tão difícil entrar em seu país?", perguntou um jornalista. "Para os amigos não é!", respondeu Piro Andoni. "Você não deixa entrar em sua casa um inimigo seu. Ou deixa?", completou o embaixador.

Política capitalista de quem se diz representante de operários

Há seis anos que os espanhóis são governados pelos social-democratas, com Felipe González à frente. O PSOE (Partido Socialista Operário da Espanha) tenta se caracterizar como a

alternativa progressista no país e com isso foi conduzido ao poder por duas vezes. Mas após seis anos de governo, vários fatos demonstraram que a tal "alternativa progressista" dos social-

democratas não passa de um engodo. Os fatos mais marcantes foram estes:

PRÁTICA CAPITALISTA

a) A grande movimentação dos espanhóis para a saída do país da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Embora parcela do PSOE fosse favorável à saída do país, e o próprio González, em campanha eleitoral, tivesse se comprometido com essa saída, o governo fez uma monstruosa propaganda visando ganhar a opinião pública espanhola para a permanência das bases militares ianques no país e a continuidade da Espanha na OTAN. Com sua campanha, e até ameaças, González conseguiu que o plebiscito realizado para tomar essa decisão fosse favorável aos acordos com a OTAN.

b) A grave situação econômica por que passa a Espanha. O país participa do Mercado Comum Europeu, que garante livre trânsito das mercadorias industriais produzidas em qualquer país europeu, membro do MCE. Isso fez com que a Espanha fosse inundada de mercadorias produzidas pelas potências europeias, numa concorrência desleal com os produtos espanhóis. Assim, muitas indústrias faliram, inclusive estatais foram fechadas (como a siderúrgica), levando milhares de operários à rua.

c) Aliado a isso, há um alto índice de desemprego para as profissões de nível superior. Isso levou o governo a propor a restrição das vagas nos cursos superiores, gerando uma onda de protestos estudantis. Entre as medidas tomadas, está a instituição do vestibular. Os social-democratas tiveram que engolir uma poderosa greve estudantil no início deste ano e enfrentaram-na com feroz repressão.

d) O poder aquisitivo dos trabalhadores espanhóis caiu acentuadamente, fato reconhecido mesmo pelos sindicalistas social-democratas. O salário pago aos operários espanhóis é, em média, 25% abaixo do que é pago no resto da Europa. Tudo isso acontece paralelamente a um crescimento de 3% na produção industrial do país. Essa situação levou a uma onda de greves nos setores ferroviário, construção civil, de saúde, mineração e na agricultura. O governo já adiantou que não cederá nada aos trabalhadores.

Esses fatos comprovam que a social-democracia espanhola não é nenhuma "alternativa progressista". Ela demonstra, em seu governo, que está lado a lado com o imperialismo, com a exploração capitalista. Enfim, não passa de uma tentativa de enganar o povo, com promessas demagógicas.

(Dennis Oliveira)



© GALLEGO & REY

GOIÂNIA

Uma tenebrosa história de corrupção

Alívio em Goiânia. O governador Henrique Santillo determinou a intervenção na capital de Goiás. O prefeito Daniel Antônio foi substituído na chefia do município pelo vice-governador Joaquim Domingos Horiz. Agora a população espera uma ação também contra a Câmara Municipal, atolada em corrupção.

Daniel Antônio tomou posse em 1º de janeiro de 1986. E logo surgiram denúncias de corrupção, que partiram até mesmo do vice-prefeito, Pedro Ludovique. A Câmara instaurou uma CPI para apurar malversação de dinheiro público. E acabou descobrindo o envolvimento do próprio vice-prefeito em irregularidades. Pedro Ludovique suicidou-se. Mas a maioria peemedebista na Câmara garantiu o arquivamento dos resultados da CPI.

CHANTAGEM ANTIPOVO

Eleições em 15 de novembro. Vários vereadores candidataram-se. Nenhum se elegeu. Muitos ficaram endividados. É quando o prefeito Daniel manda à Câmara projeto de lei aumentando de 1 mil a 5 mil por cento o IPTU, ISSQN, taxas de lixo, de iluminação etc. Vários vereadores decidem negociar: se o prefeito der Cz\$ 1 milhão para cada um, votam a favor do aumento. Elegem José Eduardo (PDS, hoje PFL), Eurípedes Leônico e Ageu Cavalcanti (ambos do PMDB) para representá-los nas negociações com Daniel Antônio.

A proposta foi feita durante um jantar com o prefeito e outros vereadores no Estado do município já ao governador Onofre Quinan. Mas este preferiu empurrar o caso para Henrique Santillo, que assumiu o governo em 15 de março. Com a intervenção, foi evitado que o vereador Paulo Ribeiro, presidente da Câmara e também envolvido na chantagem a Daniel Antônio, assumisse a prefeitura de Goiânia. E a cidade respira mais aliviada.

Daniel Antônio: Deposto

CASO RUBENS PAIVA

Acossadas, as Forças Armadas contra-atacam

A reabertura do caso Rubens Paiva - com a indicação de cinco militares envolvidos na tortura, morte e acobertamento de cadáver do ex-deputado - foi a última medida do senador Leite Chaves ainda nas funções de procurador da Justiça Militar. Sua diligência frente ao processo, que já se arrasta manhosamente nos meandros jurídicos e militares por mais de um ano apenas nesta última fase, dá sequência a um esforço parecido tentado pelo delegado Carlos Alberto Cardoso, assassinado no Rio há um mês em condições no mínimo suspeitas, quando saía de um restaurante.

As declarações de chefes militares, especialmente depois que o general Brum Negreiros, do Comando Militar do Leste, foi convidado a devolver o IPM de Rubens Paiva, são significativos para se ter uma idéia do papel desempenhado pelas instituições militares na repressão ao famigerado "inimigo interno". O general Adyr Fiúza de Castro, que chefiou o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), na década de 70, disse na semana passada que "houve violência contra presos

políticos no comando do general Sylvio Frota no antigo 1 Exército".

AMEAÇA DE MORTE

No dia 16 de dezembro, o vereador José Eduardo tentou convencer Euler Ivo, do PC do B, a participar da partilha dos milhões de cruzados. Euler recusou, peremptório: "Você já deve ter ouvido muitas calúnias sobre os comunistas. Que comunista é terrorista, que come crianças, que é sanguinário. Mas você nunca ouviu falar que comunista era corrupto e ladrão", disse Euler a José Eduardo.

No dia 17 de dezembro, ocorreu nova reunião para tratar da chantagem contra o prefeito. Os 21 vereadores estavam presentes. Euler Ivo, Etevaldo Alves, Viera de Melo e José Luciano (estes dois, do PDT) recusaram-se a participar da extorsão, e a denunciaram publicamente. Pouco depois, José Eduardo ameaçou matar Euler Ivo.

No dia 22, o próprio Daniel Antônio confirmou as denúncias. A Polícia Militar abriu inquérito, que comprovou as acusações, e o encaminhou ao promotor Osmar Prudente, que poderá denunciar nove vereadores e inclusive pedir o afastamento dos réus da Câmara.

Euler Ivo e outros vereadores pleitearam a intervenção do Estado no município já ao governador Onofre Quinan. Mas este preferiu empurrar o caso para Henrique Santillo, que assumiu o governo em 15 de março. Com a intervenção, foi evitado que o vereador Paulo Ribeiro, presidente da Câmara e também envolvido na chantagem a Daniel Antônio, assumisse a prefeitura de Goiânia. E a cidade respira mais aliviada.

políticos no comando do general Sylvio Frota no antigo 1 Exército".

No entanto, considerou "pouco prudentes as iniciativas do ex-procurador Leite Chaves. Digo que ele foi pouco prudente porque não se acusa ninguém sem mostrar as provas". Não é sem elementos, contudo, que a procuradoria está convocando os militares para prestar depoimento após uma longa e difícil investigação.

PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

O retardamento do processo de Rubens Paiva e os pronunciamentos militares, se enquadram numa operação de fôlego das Forças Armadas com o objetivo de atingir a Assembléia Constituinte, especialmente no que tange ao seu papel na sociedade brasileira. Mostra desta atitude foi a manutenção na lista de promoções a ser encaminhada ao presidente da República, José Sarney, do nome do coronel torturador Carlos Alberto Ustra, concedendo-lhe ainda a primazia de ser o principal oficial candidato ao posto de general-de-divisão na reunião do próximo dia 31 de julho.



Rogério Lustosa em Goiás: "união dos progressistas para alcançar um regime democrático"

65 ANOS DO PC DO B

Um aniversário especial

Comemorações realizadas em inúmeros Estados marcarão, na última semana, o 65º aniversário do PC do B, transcorrido dia 25. Aspecto marcante na maioria delas foi a presença ampla de líderes de partidos e entidades progressistas. Aqui, um relato das principais atividades.

Bahia

O presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, defendeu em debate realizado no auditório do Cine Nazaré, em Salvador, no último dia 23, a necessidade de uma frente de forças progressistas que levem a população brasileira a debater a Constituinte, e como forma de garantir a democracia no país. O debate, que reuniu mais de mil pessoas e que foi parte das comemorações dos 65 anos de fundação do PC do B, lotou o auditório, com presença de comunistas, parlamentares, lideranças sindicais do campo e da cidade e diversas caravanas de bairros populares.

Amazonas abordou ainda outros temas da conjuntura política. Condenou a capitulação do presidente Sarney frente aos empresários estrangeiros e à grande burguesia nacional. Atacou o militarismo, afirmando que o presidente da república perdeu a independência, e só toma decisões importantes depois de ouvir os ministros militares. E embora tenha considerado difícil a volta dos militares ao poder, hipotese que vem sendo aventada pela imprensa conservadora, alertou que os generais continuam comandando a nação.

A visita de Amazonas foi marcada por muitos contatos com lideranças políticas, o mais importante deles com o governador Waldir Pires, eleito com apoio do PC do B. Na audiência com Waldir, Amazonas frisou a necessidade da união das forças progressistas para garantir as mudanças no país. Anteriormente ele havia abordado o mesmo assunto em audiência com o

governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e em breve manterá contatos com outros governantes, sempre com o mesmo objetivo.



Jussara: filiando-se ao PC do B

Rio Gde. do Sul

A filiação da vereadora Jussara Cony ao PC do B, que agora passa a contar com representação na Câmara Municipal de Porto Alegre, marcou as comemorações dos 65 anos do Estado. Jussara assumiu a condição de comunista em solenidade realizada na própria Câmara, cujo plenário estava repleto de militantes do partido e democratas.

"Esta opção não é fruto do acaso. É o resultado de um amadurecimento político e ideológico ocorrido nas lutas que travei ao lado de nosso povo". Com estas palavras a vereadora resumiu sua posição, ao mesmo tempo em que se mostrava preocupada com a evolução recente do PMDB, partido a que se mantinha filiada e que vem assumindo postura "cada vez mais conservadora".

O ato de filiação de Jussara contou com a presença do presidente regional do PT e de representantes do PSB, PMDB e PDT. Edson Silva, presidente regional do PC do B e o último a discursar, destacou a importância da unidade das forças progressistas e de sua participação ativa no processo de elaboração da Constituição do país.

Alem de Porto Alegre, houve atos públicos e shows em diversas

cidades do interior, os maiores tendo sido realizados em Caxias do Sul e Novo Hamburgo. João Batista Lemos, membro da Executiva Nacional do PC do B, acompanhou as comemorações no Rio Grande do Sul.

Goiás

O PC do B em Goiás comemorou seus 65 anos de existência com uma solenidade na Assembléia Legislativa marcada por um fato inédito: a presença de Aldo Arantes, já como primeiro deputado federal a assumir a legenda comunista na história do Estado.

Precedido de uma ampla divulgação, que incluiu, além de panfletagens, a instalação de vários out-doors, divulgação pela TV e utilização de veículos com aparelhagem de som, que percorreram os bairros principais da cidade, o ato festivo contou com a presença de centenas de pessoas, entre militantes, amigos e personalidades democráticas. Obteve ainda grande destaque na imprensa goiana, que ressaltou o ingresso oficial de Aldo às fileiras comunistas.

Rogério Lustosa, representando a Executiva Nacional do PC do B, usou a palavra para tecer severas críticas às constantes intervenções das Forças Armadas na vida política nacional, alertando para o caráter nefasto da participação militarista na vida do país. Ressaltou a importância do ingresso de Aldo Arantes no PC do B, e concluiu dizendo que todos os democratas devem dar as mãos para abrir caminho para um regime democrático. Também chamou a atenção o discurso da deputada Raquel Capibaribe (PMDB-PA) que disse sentir-se muitas vezes mais à vontade ao lado dos comunistas que em seu próprio partido, devido ao alto grau de identificação do PC do B com os interesses populares.

Durante o ato, foi ainda anunciada a filiação de diversos líderes sindicais e populares, da capital e do interior, ao PC do B.

Rio

Mais de 1.000 pessoas participaram, no último dia 25, do ato que comemorou o aniversário do PC do B no Rio, realizado na Assembléia Legislativa, e que contou com a presença do presidente do partido João Amazonas, e de Elza Monerat, veterana militante comunista.

Usaram da palavra para saudar o jubileu do PC do B os dois deputados eleitos pelo partido no Rio de Janeiro, Jandira Feghali e Edmilson Valentim, que reafirmaram o compromisso do partido na busca da unidade das forças democráticas e progressistas a fim de garantirem, junto com o povo, as mudanças necessárias para a conquista de melhores dias.

Depois deles falou João Amazonas, que lembrou a trajetória de vida do PC do B nesses 65 anos, relembrando episódios marcantes como a articulação da Aliança Nacional Libertadora em 1935, a criação da FEB para se juntar a outros povos na guerra contra o nazismo, a campanha pela anistia

em 1946 e o duro enfrentamento com a ditadura militar após 64, que incluiu a luta guerrilheira do Araguaia.

A coordenadora do ato e presidente regional do PC do B, Maria Dolores Bahia, destacou a presença de deputados de outros partidos, dentre os quais Luís Paes (PT), Milton Temmer (PSB) e Ivo Saldanha (PFL). Após a solenidade houve show com a presença das cantoras Ivone Torres, Teê, e de Rijarda, responsável pelo projeto "Solte a Voz".

Outros Estados

Ceará: 700 pessoas participaram, no dia 21, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, do ato comemorativo dos 65 anos do PC do B em Fortaleza. O ponto alto da comemoração foi a filiação ao partido do vereador Francisco Lopes, do suplente de vereador Luís Carlos Paes, do suplente estadual Benedito Bizeril e de cerca de duas dezenas de lideranças sindicais e populares.

O ato contou com a participação da presidenta regional do PC do B, Gilse Avelar, do deputado constituinte comunista Eduardo Bonfim, do representante do governador Tasso Jereissati, de parlamentares do PMDB, PDT e PFL, representantes da CGT, UNE, UBES, Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e do Centro Popular da Mulher.

Pará: Mesmo numa noite de forte temporal, militantes comunistas, amigos do partido e democratas participaram, no último dia 25, da solenidade que comemorou o aniversário do PC do B em Belém, realizada na Câmara Municipal.

O ato foi dirigido pelo presidente regional do partido, Neuton Miranda, e contou com presença de dirigentes de entidades populares importantes, tais como a Federação de Centros Comunitários e Associações de Moradores do Pará, a CGT, do diretor regional da UNE e da União de Estudantes Secundaristas. Falaram comunistas que têm atuação destacada em diversos movimentos sociais do Estado, como o movimento sindical, a luta pela Reforma Agrária, o movimento feminista e o da juventude.

São Paulo: O diretório regional de São Paulo já havia comemorado no último dia 18 de fevereiro, na data em que assinalou os 25 anos de reorganização do P.C. do Brasil, os 65 de sua fundação. Mas o 25 março foi novamente palco de festejos comemorativos: centenas de pessoas reuniram-se na sede do partido na capital, na sede em Campinas e em outras cidades do Estado relembrando a trajetória de lutas gloriosas do partido da classe operária. No evento principal, falou o membro da executiva do Comitê Central do partido, Ronald Freitas, abordando os principais aspectos e principalmente as lições acumuladas em mil batalhas em prol da liberdade, da democracia e da independência nacional em nossa pátria, história umbilicalmente ligada à própria existência do Partido Comunista do Brasil.

Aldo Arantes: agora militando oficialmente no PC do B

SARNEY COM EMPRESÁRIOS

Conselhos do patrão

No último dia 21 o presidente José Sarney esteve reunido com 24 grandes capitalistas paulistas na fazenda Horas Rosa do Sul, do empresário Mathias Machiline, localizada a 80 quilômetros de São Paulo. Machiline é presidente da Sharp e amigo pessoal de Sarney.

Foi um encontro descontraído, entre "iguais", regado a chopp, vinho e um churrasco todo especial, com 120 quilos de carne de primeiríssima qualidade, "tipo exportação" - conforme a expressão utilizada pelos organizadores. Se teve algum mérito, foi o de evidenciar o caráter de classe do atual governo, completamente servil à grande burguesia.

COISA NOSSA

O clima festivo de "comes e bebes" não deixa dúvidas sobre a natureza da reunião. Antes de tudo, os capitalistas relacionam-se com o Estado como uma "coisa nossa". Com toda razão, pois se há uma coisa que o governo atual cuida com todo o carinho é o de não contrariar os interesses do grande capital.

Ficou patente também que é uma coisa de poucos, "onde apenas 24 grandes empresários tiveram a oportunidade de opinar sobre a política econômica diretamente com o presidente, apesar de que 99% das empresas brasileiras são constituídas de micro e pequenas", reclamou o presidente da Confederação Nacional de Micro e Pequenas Empresas, Pedro Cascaes.

A inexistência de conflitos sérios entre o governo e a burguesia



Fazenda de Machiline: aqui Sarney recebeu "orientações" dos empresários.

sia ficou clara até mesmo nas intervenções de representantes dos monopólios estrangeiros. "Os banqueiros mantêm absoluta confiança no Brasil e no governo Sarney", disse o presidente do Citybank no Brasil, Michael B. Kelland, que, entretanto, reclamou um "plano econômico consistente" (onde é lícito ler: mais arrocho) e maiores privilégios às multinacionais, sob o pretexto de que isto atrairá "poupança externa".

Neste mesmo rumo, não foram poucos os que pediram alterações para pior na atual política econômica. O presidente da Fiesp, Mário Amato, por exemplo, além de se manifestar contra as "discriminações às multinacionais", reivindicou a liberação completa dos preços, uma imediata maxi-

desvalorização do cruzado e, de quebra, sugeriu uma ação para conter a pretensa radicalização do movimento sindical.

A maioria dos empresários presentes, na linha de Mário Amato, exigiram a liberação completa dos preços, drástica redução dos gastos públicos, com aceleração da privatização das estatais e dispensa de funcionários e outras medidas do gênero. Não faltaram os que pediram o retorno ao FMI (Cláudio Bardella) e o fim do gatilho da escala móvel dos salários - tarefa que coube principalmente aos representantes dos banqueiros nacionais (Amador Aguiar e Lázaro Brandão, ambos do Bradesco).

Conselhos de patrão, que o governo anotou exalando submissão.

IMPOSTO DE RENDA

A fome insaciável do leão

Há poucos dias o governo determinou (em 45%) a correção da tabela do Imposto de Renda que será descontado na fonte durante este ano. Mas não parece nem um pouco disposto a reparar as injustiças que cometeu a partir de dezembro de 1985. Desde então ele impôs, ilegalmente, sucessivos aumentos do tributo.

Contra todas as evidências, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal têm sustentado, e com insistência, que não ocorreu qualquer elevação do Imposto de Renda. É difícil ver tanto embuste e cinismo. Conforme informações colhidas pela OAB, o número de contribuintes com impostos a pagar subiu de 1 milhão em 1986 para 4,5 milhões este ano.

ARMADILHAS

Que milagre explica a multiplicação? Viciada em divulgar estatísticas falsas, é possível que a equipe econômica queira atribuir ao Plano Cruzado mais este feito.

Porém, indicadores dignos de maior crédito apontam um crescimento dos salários médios em torno de míseros 5% durante 1986 (evidentemente até a edição do Cruzado 2).

Na verdade, a explicação reside no aumento da carga tributária, que se processou de forma disfarçada. Usando o artifício da inflação, o governo preparou várias armadilhas contra o contribuinte. Uma delas foi embutida na Lei nº 7.450, encaminhada ao Congresso Nacional e votada às pressas no mês de dezembro de 1985.

A nova legislação estabeleceu o fim da correção monetária sobre o imposto retido na fonte, o que significou, na prática, uma mordida extra do leão. Supondo um contribuinte com Cz\$ 10 mil de imposto retido na fonte em 1986 e um débito total na Receita de Cz\$ 11,5 mil. Se houvesse uma correção da ordem de 20% sobre a retenção, em vez de ter imposto a

pagar (Cz\$ 1,5 mil), ele teria a receber Cz\$ 500. A eliminação da correção monetária só seria justificável em caso de inflação zero.

NOVOS AUMENTOS

A segunda artimanha da Receita relaciona-se com a correção da tabela no ano passado. O índice utilizado, de 110%, foi inferior à desvalorização acumulada da moeda desde a fixação da tabela anterior, de 130%. Como a tabela do imposto é progressiva - isto é, o percentual de desconto sobe na medida em que se elevam os salários - a correção abaixo da inflação faz com que o contribuinte mude, automaticamente, de faixa quando tem seu salário reajustado. E sem que isto signifique qualquer acréscimo na sua remuneração. Há, portanto, aumento de imposto.

Por exemplo, com as correções determinadas pelo governo, a atual tabela do Imposto de Renda distribui a tributação na fonte da seguinte forma: quem ganha de Cz\$ 2.869 a Cz\$ 4.940 paga 5%; quem ganha de Cz\$ 4.940 a Cz\$ 10.009 paga 8%; de Cz\$ 10.009 a Cz\$ 14.573, 10%. E assim por diante até alcançar o teto de 45% (atualmente, quem ganha mais de Cz\$ 105.858).

Apenas um disparo do gatilho da escala móvel eleva os salários de Cz\$ 4.940 para Cz\$ 5.920. Se não houver correção da tabela, o assalariado em questão imediatamente sobe de faixa, antes pagava 5%, passará a deduzir 8%; da mesma forma, quem ganhava Cz\$ 9 mil pula da faixa dos 8% para 10%. E assim sucessivamente, sem que, na verdade, ocorra aumento real dos salários (o gatilho serve apenas para recompor as perdas decorrentes da alta dos preços). Foi um aumento desta natureza que o governo impôs quando corrigiu a tabela em 110% no ano passado.

Além disto, até hoje a Receita Federal não devolveu todo o Imposto de Renda retido na fonte em 1985. Restituiu apenas uma parcela e sem correção monetária e juros como ocorria anteriormente. Vale dizer que isto também constitui aumento de imposto. Uma outra mutreta foi a redução do valor das deduções que o contribuinte tem direito (dependentes, aluguel etc). Finalmente, em janeiro uma vez mais a Receita corrigiu a tabela com um índice subestimado, de 12,3%.

Com esse conjunto de manobras, o governo driblou a Constituição, que proíbe aumento de imposto por ato do Executivo (a menos que ocorra um acréscimo proporcional do patrimônio), e engordou o leão. Mas continua dando uma de inocente João-sem-braço, comportando-se como se estivesse agindo em perfeita ordem, conforme determina a legislação.

ELEIÇÃO DE COVAS

Derrota da direita

Trinta e seis votos de diferença. Foi o que bastou para que o senador Mário Covas, surpreendendo a todos, conquistasse, no último dia 18, a liderança do PMDB na Constituinte e derrotasse num único lance, o deputado Luiz Henrique, que com ele disputava o cargo, e ainda o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, que não fizeram segredo de sua torcida e de suas articulações em favor do adversário de Covas. Foi o que bastou também para interromper, pelo menos pelo período de uma semana, a longa série de vitórias conservadoras que se estendia desde o início dos trabalhos da Constituinte.

O próprio discurso proferido por Covas momentos antes de ser eleito já indicava que poderia surgir, dentro do PMDB, uma nova postura em relação à direita. O senador paulista frisou ser favorável à soberania da Constituinte, e criticou o acordo feito pela antiga liderança de seu partido, que terminou por renegá-la. Fez referências ao passado de lutas peemedebista. E foi enfático ao defender uma distinção nítida entre a ação do PMDB e a do governo. Segundo todos os comentários, foram estas posições o fator decisivo para assegurar-lhe a vitória, revertendo um quadro que era desfavorável.

Seus primeiros dias de exercício da liderança, Covas não decepcionou os que se animaram com suas palavras. Somou-se ao setor do PMDB que defendem o afastamento de Ulysses



Ele provou que há espaço para as teses progressistas

Guimarães da presidência do partido. Mantém-se contrário à extensão do mandato de Sarney por 6 anos, tese defendida cada vez mais insistentemente pelo PFL e pelos peemedebistas conservadores. E recusou-se a acatar um acordo feito anteriormente entre as lideranças do PMDB e do PFL visando assegurar aos últimos o cargo de primeiro vice-presidente da Constituinte. Esta atitude despertou a revolta do líder da Frente Liberal, José Lourenço, que acusou Covas de ser "esquerdista" e considerou que sua posição é "bastante diferente de Ulysses".

É arriscado prever até quando o atual líder do PMDB sustentará esta postura independente. Mas já é possível constatar que ela está revelando pelo menos duas características importantes do quadro político atual. A primeira é a existência de um amplo espaço para

que surjam e se firmem lideranças que defendem idéias progressistas. Uma semana depois de eleito, Covas já figura entre as listas de presidenciais que a imprensa se apressa em divulgar. E foi o político mais aplaudido durante reunião que prefeitos e vereadores de todo o país promoveram, no último dia 24, no Congresso Nacional.

A outra característica é a relativa fragilidade da maioria conservadora na Constituinte. Segundo informava o "Jornal do Brasil" do dia 25, a simples atuação de Covas nos dias anteriores já tinha sido suficiente para deixar "irrequieto e preocupado" o presidente Sarney, que teria solicitado a interferência de três de seus ministros - Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Antônio C. Magalhães - para impedir o "avanço da esquerda" durante a formação das comissões da Constituinte.

RIO DE JANEIRO

Governo liquida "gatilho"

Em sessão realizada no último dia 20 a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou, por 36 votos contra 27 e 7 ausentes, mensagem do governador Moreira Franco (PMDB) que extinguiu o gatilho salarial para os funcionários públicos do Estado e o substituiu por reajustes semestrais. A presença de uma delega-

ção de servidores nas galerias não foi suficiente para impedir que a maioria dos deputados do PMDB e os do PFL votassem favoravelmente ao projeto, sendo qualificados como "traidores" e "vendidos". Não foi suficiente também para garantir a presença em plenário dos parlamentares do PDT, que faltaram ou se

retiraram, segundo denúncia do deputado Alcides Fonseca. A favor da manutenção do gatilho ficaram o PC do B, o PT, o PSB e deputados do PMDB e do PTB, todos bastante aplaudidos pelos funcionários públicos.

A saída da sessão, a deputada Jandira Feghali, do PC do B, declarou que o argumento de Moreira Franco, segundo quem o Estado está sem dinheiro, não corresponde à verdade. Embora reconhecendo o caos administrativo deixado por Brizola, Jandira condenou a tentativa de Moreira que quer estabilizar as finanças do Estado sacrificando ainda mais os trabalhadores. "Ele tinha que criar alternativas, tributando, por exemplo, os grandes grupos econômicos", afirmou.

A decisão final revoltou o funcionalismo, e está prevista a deflagração de greve, a partir de assembléia convocada para dia 26.



Moreira: penalizando trabalhadores para sanear finanças

FORTALEZA

Prefeita provoca servidores

Chamar a tropa de choque. Foi esta a resposta da prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle (PT), aos servidores públicos que se concentraram na Praça José de Alencar, no último dia 20, para protestar contra o atraso no pagamento dos salários, que já se prolonga por cinco meses.

A prefeitura procurou tumultuar a manifestação desde seu início. Primeiro, tentou abafar os discursos

de líderes do funcionalismo, instalando na praça uma cara e possante aparelhagem de som e colocando-a em funcionamento nos momentos em que os servidores protestavam. Apoiados por inúmeros populares, os trabalhadores reagiram atirando objetos contra a aparelhagem. Foi aí que entrou em ação a tropa de choque, que, acionada pela prefeitura, agiu de forma violenta.

A resposta não tardou. Em coró os manifestantes passaram a gritar: "Tá claro, tá claro, tá claro como o dia: a polícia do Sarney é a mesma da Maria". E à noite, quando houve ato público reunindo diversos prefeitos de capitais que se encontravam em Fortaleza para uma reunião do movimento pela reforma tributária, o discurso de Maria Luiza foi interrompido quatro vezes pelas vaias populares.

PLANEJAMENTO

O titular de uma cadeira vazia

O advogado e empresário Anibal Teixeira, chefe da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) é o substituto de João Sayad no Ministério do Planejamento. Sua nomeação, ocorrida na semana passada, deve-se em parte, ao fato de ser mineiro ou, como disse, "foi uma vitória de Minas Gerais", explicada pelas pressões que o governador Newton Cardoso vinha fazendo no sentido de aumentar a representação do Estado no Ministério de José Sarney.

Teixeira assume uma pasta bastante esvaziada de poderes, ao menos no campo econômico. Conforme ele mesmo adiantou à imprensa, órgãos como a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) e parte da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (Sanem) serão remanejadas, passando ao controle do Ministério da Fazenda. O Planejamento, agora, incorporará também a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAP). Isto

apenas atesta que o ministério perderá terreno no campo econômico, o que, aliás, Teixeira tratou de deixar claro: é ao Ministério da Fazenda, disse, que caberá a função "de arrecadar, gerir a vida econômica do país, suas contas e providenciar o pagamento dos compromissos internos e externos". Desta forma, fortalece-se, por enquanto, o ministro Dilson Funaro, que, porém, vem enfrentando forte oposição dos banqueiros estrangeiros e dos setores mais entreguistas da burguesia.



O assalariado: vítima de armadilhas sutis mas anticonstitucionais

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

As amizades do presidente

O presidente Sarney almoçou, no último dia 21, com duas dezenas de empresários, na fazenda de seu amigo pessoal, Mathias Machline, presidente da Sharp. O encontro foi informal, para troca de idéias. Muito chopp, muito vinho, 120 quilos de carne de primeira, um sábado agradável, onde o tempo foram as questões candentes, como dívida externa, juros, gatilho salarial etc.

QUEM SÃO OS AMIGOS

É claro que o presidente tem todo direito de escolher seus amigos e com quem vai saborear um bom churrasco. Mas vale a pena ressaltar que os amigos do presidente são os empresários. Não se tem notícia de um *pic-nic* como este com trabalhadores. Nem que algum líder sindical esteja na relação dos amigos do presidente. Afinal as amizades não são coisas sociais. O governo, independente da vontade individual do presidente, representa objetivamente a grande burguesia.

O presidente, em sucessivas vezes que se dirige aos brasileiros pelos meios de comunicação, faz questão de dizer que está dando o melhor de si para resolver os problemas nacionais. Não temos a intenção de lançar dúvida sobre este esforço pessoal. Mesmo porque isto é de menor relevância. O essencial é notar que o presidente e seus amigos pertencem a uma classe que não tem mais condições de dar solução para os problemas cruciais do país, como o da espoliação do capital estrangeiro e o da reforma agrária. E como estas questões mobilizam amplamente os trabalhadores e as grandes massas populares, a burguesia se sente ameaçada e trata de restringir as liberdades democráticas e o direito de organização. A tal ponto que para intimidar uma simples paralisação dos marítimos e petroleiros por melhores condições de trabalho, recorreu a uma verdadeira operação de guerra, ocupando portos e refinarias com tropas de elite e armamento pesado.

UM NOVO REGIME

Entre uma garfada e outra, os empresários insistiram que seria necessário encontrar uma forma de acabar com o gatilho salarial. Segundo eles, o reajuste de salários empurra os preços para cima. A visão de classe patronal inverte a realidade. Como se sabe o gatilho só é disparado depois que a inflação atinge um patamar de 20% ou seja, apenas permite que os salários corram atrás dos preços. Isto vem confirmar que o empresariado não tem mais capacidade de abordar o desenvolvimento do país de uma perspectiva progressista. O presidente Sarney, mesmo aceitando-se que dirige o país com a melhor das boas intenções, como representante da burguesia só pode encaminhar uma política contrária aos interesses do povo e da nação.

Por tudo isto os trabalhadores têm pela frente duas questões de maior importância. Por um lado defrontam-se com tarefas imediatas, relacionadas com os salários, com a dívida externa, com a conquista de um pedaço de terra para morar e trabalhar. Por outro, precisam criar as condições para um novo regime no país, que promova transformações em profundidade. Eles vão compreendendo que estas mudanças radicais não podem ser alcançadas no regime capitalista, por governos da burguesia. Para isto é necessário que a classe mais avançada de nossa sociedade, o proletariado, coloque-se à frente das grandes batalhas e, em união com as mais amplas massas populares, crie as condições para a passagem ao socialismo. A burguesia se reúne em torno de baquetes para aconselhar o seu governo. Os trabalhadores se reúnem nas fábricas, nos povoados, nas usinas, nas ruas, para forjar uma alternativa de poder.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

E os inimigos

"Vou sugerir ao Jair Meneguelli comprar três quilos de carne de segunda e oferecer uma churrascada ao presidente José Sarney para ver se a CUT consegue sua pauta de reivindicações" - a frase foi do deputado federal Luís Inácio Lula da Silva, no portão da Volkswagen, em São Bernardo.

Há mais de um ano que as centrais sindicais CGT e CUT pediram audiência com o presidente da República e até agora não receberam resposta. Apenas quando o governo resolveu lançar a idéia do pacto social é que Sarney quis conversar com os sindicalistas - mas era apenas jogo de cena, uma tentativa de se apresentar como muito democrático.

Evidentemente que a sugestão do presidente participar de uma churrascada com os trabalhadores é apenas ironia. Isto é para amigos. Mas os trabalhadores têm o direito de exigir que o presidente receba oficialmente seus representantes. Mesmo no regime capitalista, com governos burgueses, os trabalhadores conquistaram certos direitos e têm que se manter mobilizados para fazer com que sejam respeitados.

Enquanto se confraterniza com os empresários, o governo Sarney continua considerando os movimentos sociais como caso de polícia - ou melhor, de Exército.



Foram quase dois anos de lutas para conseguir a terra, agora é construir uma nova vida plantando "aquilo que o povo come"

ASSENTAMENTO EM ITAPETINGA

"Essa terra é nossa terra"

O primeiro assentamento legalizado de trabalhadores rurais sem-terras do Estado de São Paulo aconteceu em Itapetininga, no dia 14 de março. São 420 alqueires que pertenciam à Secretária da Promoção Social, e onde deveria funcionar uma unidade de recuperação da Febem. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botucatu, Luís Rúbio, a partir de agora "todos os demais acampamentos do Estado devem lutar para exigir do governo Quêrcia um assentamento nas mesmas condições de Itapetininga, já que é o único legalizado de São Paulo".

No assentamento de Itapetininga, 40 alqueires deverão ficar com o Colégio Agrícola e o restante, 380 alqueires, ficará com as 40 famílias de trabalhadores rurais - 20 de Itapetininga e 20 de Botucatu.

A luta por essas terras começou em Botucatu, quando o sindicato iniciou, em junho de 1985, o cadastramento dos sem-terras e, no dia 5 de outubro, cerca de 40 famílias acamparam na entrada das fazendas Lageado e Edgardia. Elas queriam "um pedaço" dos 2.127,3 hectares de terra, pertencentes à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", onde funcionam as faculdades de agronomia e zootecnia de Botucatu.

"A proposta do sindicato era de uma integração universidade-trabalhador rural de pequeno e médio porte", lembra Luís Carlos Rúbio. Porém a congregação das faculdades negou-se a aceitar essa

proposta, dizendo ter outros projetos de ocupação das terras que até então estavam "criando cobras e matos", conforme disse o presidente do STR.

Em menos de quatro meses de acampamento, ainda tentando reverter a posição da congregação (a reitoria da universidade havia se posicionado a favor do assentamento), os trabalhadores rurais ocuparam a Fazenda Edgardia e ficaram uma semana dentro da propriedade, sem que a direção das faculdades soubesse que "suas" terras estavam agora habitadas.

"Isso prova que tudo estava abandonado", lembra Arnaldo Mesquita Sampaio, advogado do sindicato. Em apoio aos sem-terras, entidades populares, democráticas e políticas se manifestaram. O Sindicato dos Metalúrgicos de Botucatu, a CGT, CUT, PT, PMDB, PC do B e Câmara dos Vereadores hipotecaram sua solidariedade.

Mas em menos de 24 horas a direção das faculdades conseguiu uma ordem de reintegração de posse a ainda solicitou força policial para retirar os trabalhadores. Com lágrimas nos olhos e prometendo continuar a luta pelo assentamento, dona Iracema dos Santos Martins, uma das "invasoras", prometia que voltaria para a entrada das fazendas e somente sairia depois de ter um pedaço de terra para trabalhar.

SINDICATO NA LUTA

Passados alguns meses, o STR de Botucatu começou a reivindicar das autoridades estaduais, juntamente



A ocupação - legal e legítima - das terras ocorreu no dia 14 de março

com o STR de Itapetininga, as terras abandonadas da Secretaria de Promoção Social, que nunca fez funcionar ali a unidade de recuperação da Febem a que eram destinadas. Depois de sete meses de negociações com os secretários do Interior, Promoção Social e Assuntos Fundiários, e com o próprio governador Franco Montoro, conseguiram no dia 27 de fevereiro a assinatura do chefe do governo autorizando a ocupação das terras pelos trabalhadores rurais e destinando 40 alqueires do terreno à Secretaria da Educação, para a instalação de um colégio agrícola.

No dia 10 um grupo de trabalhadores rurais chegou para tomar posse. Porém a Febem em São Paulo e Itapetininga, não acreditando no ato do governador, impediu a entrada dos sem-terras. A direção da Febem chamou a Polícia Militar para intervir. O advogado do sindicato, que acompanhava os trabalhadores rurais, convocou-os para uma reunião no STR de Itapetininga. O secretário dos Assuntos Fundiários, Miguel Kosma, foi acionado, e "informou a Febem do ato do governador", lembra Arnaldo Mesquita.

"NEM ACREDITO QUE É MEU"

Dona Iracema dos Santos Martins, 52 anos, há 15 trabalhando como agricultora "em terras dos outros", disse à Tribuna Operária "que o governo precisa efetivar de fato a reforma agrária em todo Brasil. É hora de acabar com os discursos e atender o anseio nacional pela terra".

Dona Iracema e seu marido, Antônio Garcia Martins, mais quatro filhos - o mais novo com 14 e o mais velho com 21 anos -, estavam acampados desde 5 de outubro na entrada das fazendas em Botucatu. Sempre acreditaram que chegariam a ter a terra. "Agora que tenho, nem acredito que essa terra que estou pisando e sentindo o cheiro é minha", comenta, incrédula, dona Iracema. "Essa terra foi conquistada com muita luta do sindicato e dos acampados", comenta seu Antônio, orgulhoso.

Eva Avelin Guimarães foi para Itapetininga levando seus oito filhos e mais um sobrinho que está criando. Pensa em plantar, junto com seu marido, Claudemir Guimarães, arroz e feijão, "comida que o nosso povo come. Agora esta terra é nossa terra".

NOVAS CONQUISTAS

Para o presidente do STR de Itapetininga, Mathias Manoel Rodrigues, "o assentamento foi muito importante para a categoria, pois fará avançar a luta dos trabalhadores rurais em todo Brasil. Novas lutas virão. Teremos que lutar para termos assistência técnica, criar cooperativas... Temos que continuar lutando sempre".

Como concluiu dona Iracema, quando questionada se a luta terminava ali, "agora temos que mostrar para os outros nossas conquistas".



O advogado Arnaldo (acima) e o presidente do STR de Botucatu, Luís Rúbio

OCUPAÇÃO DE LOTES

20 mil famílias levantam suas casas

A ocupação de terrenos vazios na Zona Leste de São Paulo se espalhou de maneira incontrolável nos últimos dias, alarmando as autoridades. Calcula-se que até o dia 24 cerca de 20 mil famílias haviam ocupado um lote de terra. O governador Quéricia prometeu solucionar a situação destes moradores, mas pouco depois ameaçava mandar a PM desalojá-los.

Ao longo da semana passada o governo do Estado reuniu-se com as várias lideranças dos ocupantes e reconheceu o grave problema da moradia, prometendo buscar uma solução para o caso. Elgito Boaventura, dirigente do PC do B e um dos principais líderes dos moradores, disse que na reunião que manteve com o Secretário da Habitação, Adriano Murgel Branco, este lhe assegurou que "vai investir na compra dos terrenos para repassá-los aos ocupantes". No dia 21 Adriano Branco sobrevoou de helicóptero a região, constatando que existe uma razão para haver estas ocupações: "Existem enormes áreas vazias enquanto

milhares de famílias não tem como pagar aluguel".

Mesmo com a posse do terreno ainda indefinida, a Comissão Organizadora orientou os ocupantes a iniciarem de imediato a construção dos barracos. Apesar das enormes dificuldades para adquirir o material, as famílias, aos poucos, vão levantando as pequenas moradias. Nos terrenos, antes cobertos pelo matagal, hoje existe uma atividade constante e vão despontando as paredes das futuras casas.

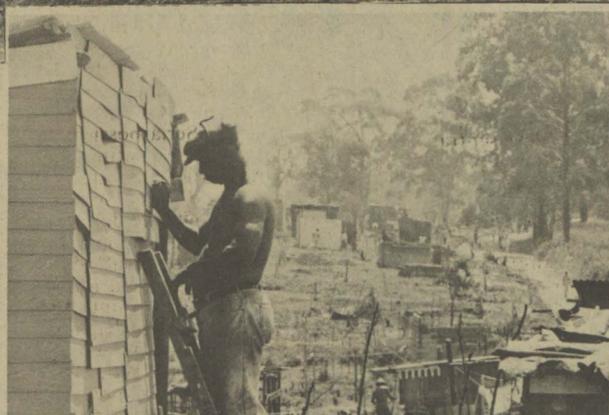
PEDRO PEDREIRO

Pedro Alcântara é pedreiro, recém-casado e ocupou um lote no Jardim Lourdes, em Guaia-



nases, "porque hoje quase ninguém tem condições de comprar terreno porque está um preço absurdo". Há três dias trabalha na construção de sua casa de quatro por quatro metros, parcialmente levantada. Ele diz que gastou 850 blocos de cimento, cujo milheiro está custando Cz\$ 6 mil. Segundo Pedro, todo este sacrifício é válido, pois seu aluguel pulou de Cz\$ 270 para Cz\$ 1.700.

Outros não tem condições de comprar nem o material. É o caso de Domingos Rocha, pai de seis filhos e que vive de "bicos", vendendo ferro velho. "Enquanto pego o ferro velho na rua vou juntando as madeiras que acho para fazer meu barraco", diz ele. As paredes de seu barraco já estão levantadas - num verdadeiro mosaico de todo tipo de tábuas - só faltando cobri-lo. "Fiz um sacrifício



Cada um constrói o barraco como pode: blocos, tábuas, usa-se tudo

para comprar as telhas e agora estou pensando como vou fazer um banheiro", explica Domingos. Para ele e sua família que estavam se escondendo da chuva debaixo de um pedaço de encerado, já é uma vitória estar com a casa quase pronta.

O ajudante geral da Volks,

José de Andrade Alves, perdeu seu emprego porque se afastou alguns dias do serviço para garantir a posse de seu lote. Enquanto vai assentando os blocos da casa onde pretende morar, José de Andrade comenta: "É só colocar os blocos vou sair na correria, atrás de um trampo".



Pedro Alcântara lê a TO enquanto levanta as paredes da sua casa

PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS:

Em greve contra a política do governo

"Como instrumentos para levar docentes em universidades a seguir este caminho (da privatização do ensino superior) o governo adotou o corte de verbas em termos reais, o rebaixamento salarial, o veto a benefícios que tornem atrativa a carreira docente, a proibição de novas contratações. As consequências são óbvias: crescente evasão, com os professores procurando salários dignos em outras profissões, deterioração até mesmo física das instituições federais, perda da qualidade do ensino. A política governamental para a educação superior é, portanto, uma política deliberada de destruição do ensino superior público e gratuito".

Este trecho retirado de um manifesto da ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - resume bem a luta dos 50 mil professores que ensinam nas 47 universidades federais do país e que deflagraram, a partir do último dia 25, greve geral da categoria: eles querem fundamentalmente melhores salários, mas sabem que para alcançar este objetivo precisam denunciar e combater a política educacional do governo Sarney, que continua mantendo o ensino superior em situação de graves deficiências.

Por isso, a pauta de reivindicações da Andes é abrangente.

Ela inclui, por um lado, pontos de interesse específico dos professores: aumentos de cerca de 100%, "isonomia salarial", com o fim da defasagem entre os vencimentos pagos em Universidades diferentes, adoção de um plano de carreira único em todo o país e aposentadoria integral. Mas contempla também a defesa do ensino público: os professores pedem mais verbas para as escolas federais, e lembram que os recursos destinados este ano para compra de material de consumo e para manutenção e ampliação das instalações são claramente insuficientes, ficando bem abaixo, por exemplo, do patamar alcançado

ainda em 1973. E exigem a revogação dos dispositivos que proibem, há anos, a contratação de novos mestres, com graves prejuízos para a qualidade do ensino.

OS PLANOS DO GOVERNO

Ainda enquanto transcorria a reunião do Conselho da Andes que deflagrou a greve, a imprensa divulgou informações que demonstram com mais clareza a necessidade de uma luta intensa pelo ensino público. Fontes do Ministério da Educação sugeriram que as universidades federais sejam "transferidas" para o controle dos Estados, indicando que o governo federal procura

eximir-se da responsabilidade com a sustentação do ensino público.

O Conselho sube responder a isto: além de repudiar a tentativa do governo reformulou, por maioria de votos, a plataforma da entidade para a Constituinte, anulando itens que abriam brechas para a defesa do ensino particular. Segundo a posição atual da Andes, aprovada no Conselho apesar da posição de sua diretoria, a nova Constituição deverá estabelecer que as verbas públicas para o ensino serão aplicadas exclusivamente nas escolas criadas e mantidas pela União, Estados e Municípios.

METALÚRGICOS DE S. PAULO

A luta pela democratização avança na categoria

A última assembleia geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo realizada no dia 20 de março, acabou se transformando num retrato fiel do nível de correlação das forças políticas na importante categoria operária paulista. Convocada para discutir mudanças no estatuto da entidade, tendo em vista a próxima eleição para renovação da diretoria, mais de dois mil metalúrgicos se comprimiram na sede sindical e acabaram participando da assembleia na rua: o atual presidente em exercício, Luis Antônio Medeiros, não acreditava na mobilização da base, e convocou a reunião para a antiga sede onde não cabem mais de 500 associados.

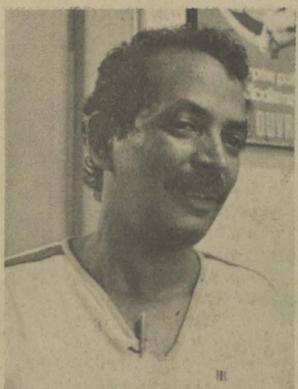
Segundo Lúcio Bellentani, coordenador da Comissão de Fábrica da Ford, ouvido pela TO, a "assembleia deixou claro a vontade da categoria, posicio-

nando-se por unanimidade pela democratização da entidade". Acredita ele "que o evento refletiu a vontade de participação ativa e efetiva das comissões de fábricas, das CIPAS, das bases nas decisões do Sindicato". Disse ainda que "as resoluções da reunião vão caracterizar a composição de uma chapa construída pela base, e não somente por articulações de cúpula".

O fato é que a parte da diretoria ligada ao atual presidente, vendo suas propostas serem inviabilizadas, reagiu à posição da maioria que procura introduzir métodos mais democráticos na gestão da entidade de classe. Sem condições políticas de conduzir a assembleia, Luis Antônio recusou-se a dirigi-la, ficando esta tarefa para uma comissão eleita naquela mesma noite. Um dos diretores, inclusive, colocou

em dúvida a legalidade do encontro, argumentando que os que lá estavam não eram sindicalizados. A resposta foi imediata: todos os presentes levantaram suas carteirinhas de associado, dando uma resposta firme à suspeita.

O diretor Vital Nolasco, em declaração à TO, observa que já houve desdobramento do que aconteceu no Sindicato. "Na segunda-feira seguinte, Luis Antônio dispensou vários funcionários dos diretores dissidentes, numa medida arbitrária, colocando os seus próprios interesses acima da categoria". Disse ainda que "Para complicar mais a situação, na terça-feira o sindicato foi invadido por policiais do Tático Móvel a pedido do presidente. Oito policiais foram até a gráfica e fizeram o funcionário do sindicato destruir cerca de 10 mil boletins que haviam sido



Vital: repúdio à polícia

impressos relatando as decisões da assembleia. Essa tentativa de tumultuar o processo eleitoral não intimidou os setores mais combativos dentro e fora do sindicato. Pelo contrá-



Lúcio: unidade pela base

rio, serviu de elemento catalizador de uma ampla frente construída pela base que certamente jogará importante papel no desenvolvimento de um sindicalismo classista e avançado".

ESTALEIRO MAUÁ

Patrão usa jagunços armados na greve metalúrgica

Os metalúrgicos do Estaleiro Mauá, em Niterói, Rio de Janeiro, entraram em greve no dia 9 de março exigindo 60% de reposição salarial. A assembleia contou com 85% dos operários do estaleiro. Por unanimidade os trabalhadores resolveram parar a produção para pressionar a negociação que já se prolongava há 30 dias. Durante as negociações os patrões não apresentaram nenhuma contra-proposta.

Após decretação da greve a direção da empresa cancelou as negociações e só com a intermediação de uma comissão de deputados - principalmente de Jandira Feghali, do PC do B - é que se retornou à negociação. Com a decretação da ilegalidade do movimento pelo TRT, a direção não negociou mais. Diante destes fatos a comissão de fábrica, conjuntamente com os trabalhadores, resolveram ocupar o estaleiro mantendo a

greve.

JAGUNÇOS DOS PATRÕES

A partir daí a direção do estaleiro ocupou a fábrica com jagunços armados para impedir que os trabalhadores entrassem. Agrediram trabalhadores e lideranças, visando intimidar os membros da Comissão de Fábrica. Mesmo assim a força e união dos operários prevaleceu e eles entraram na fábrica no dia 20.

Hoje os patrões transformaram o estaleiro em uma verdadeira praça de guerra. Fecharam o portão com grades, placas de ferro e chamaram a Tropa de Choque da PM. Esse aparato todo não diminuiu o ânimo de luta dos operários. Muitos, já sem dinheiro para comprar alimento para a família, dizem que só voltam ao trabalho com 60% de reposição salarial e propõem fazer vigília

na porta da fábrica.

Francisco, um dos grevistas, escreveu uma carta para a diretoria do Sindicato, dizendo que os operários lutaram contra o fechamento do estaleiro, durante a crise econômica, foram à Brasília defender a fábrica, mas só retornam ao trabalho com um salário que de condições de vida ao trabalhador.

Marítimos: um mês de greve

Às vésperas de completar um mês de greve, dia 28, os marítimos continuavam firmes em seu movimento, enfrentando a intransigência dos armadores e a pressão do governo e da Marinha, que ainda continua com suas tropas nos portos. A recente decisão do ministro dos Transportes, Reinaldo Tavares, de permitir o afretamento de navios estrangeiros para substituir aqueles cujas tripulações estão em greve, repercutiu muito mal entre os marítimos. Vários sindicatos lançaram uma carta de repúdio a tal decisão, enviada ao presidente da República e a Ulysses Guimarães. "É impossível que se conceda essas benesses aos armadores - diz o documento - que devem cerca de US\$ 700 milhões e já estão inadimplentes em pelo menos US\$ 300 milhões com o Fundo da Marinha Mercante". Maurício Sant'Anna, líder sindical dos marítimos afirma que "essa complacência da Sunam somente contribui para a desnacionalização da frota mercante nacional".

Empregados das Editoras/SP

Com 80% dos votos dos associados, foi eleita a chapa única que concorreu para a direção do Sindicato dos Empregados em Editoras de São Paulo. A diretoria é presidida por Olávio Dutra, Divo Guisoni na secretaria e Carlos Alberto (Branco) na tesouraria. A categoria é composta por cerca de 5 mil trabalhadores, e tem lutado ao lado de jornalistas, gráficos, artistas, radialistas etc. na organização do Pacto Intersindical dos Serviços de Comunicação (Pisco). Na apuração, apareceram apenas 17 votos brancos e dois nulos. Os restantes sufragaram a chapa única.

Bancários de Ribeirão Preto

A chapa 1, liderada por João Bosco, foi a vencedora das eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Ribeirão Preto (SP), batendo as duas outras chapas concorrentes. A articulação vencedora reúne sete membros da atual diretoria e 17 jovens ativistas - todos participantes das últimas greves. A chapa 1 obteve 1.977 votos, contra 1.307 da chapa 3 (ligada à CUT), e apenas 125 votos da chapa 2, formada pelos elementos mais imobilistas da antiga diretoria.

Perseguição em Roraima

O governador nomeado de Roraima, Getúlio Cruz, do PFL, está perseguindo e punindo os que lhe fazem oposição. As vítimas mais recentes foram engenheiros e arquitetos da Secretaria de Obras, que reivindicavam aumento salarial, pois seu salário base é de Cz\$ 2.697,16. Para o governador, "há um fundo de agitação" na luta dos assalariados por uma remuneração mais digna. E ainda disse que não atende a comissão dos funcionários se Carlos Calheiros, do PC do B, e Amaro Ventura integrarem-na... Nas suas retaliações, o governador Cruz demitiu as lideranças do movimento.

Servidores de Caxias do Sul

Mais de mil servidores de Caxias do Sul (RS) participaram da assembleia que, em 11 de março, decidiu pela greve da categoria. A greve foi deflagrada devido ao não atendimento de um pedido de reajuste escalonado de salários, de 68% a 81%, de acordo com o padrão. Os grevistas realizaram atos públicos, em resposta às ameaças de decretação de ilegalidade da greve, feitas pelo prefeito Vitorino Trez. As secretarias de Obras, Transportes, SAMAE, e sede da Prefeitura, a Câmara de Vereadores e as escolas municipais pararam totalmente.

Estudantes do Pará em luta

Os estudantes do Centro de Estudos Superiores do Pará - Cesp -, faculdade de propriedade do mafuista Edson Franco, deram uma importante lição de luta contra os empresários do ensino, ao barrarem as pretensões de aumento de até 94% nas anuidades. Os estudantes entraram em greve no dia 21, e chegaram a "prender" em seus confortáveis gabinetes o sr. Edson Franco e seus assessores, garantindo a fixação dos 35% de aumento autorizados pelo governo e nada além disso. "É uma mostra de que a alternativa dos estudantes é a luta", afirmou Luis Pingarilho, vice-presidente Norte da UNE.

Altamira: prisão de taxista

No dia 20 os motoristas de táxi de Altamira foram perturbados pela polícia quando estavam reunidos no ponto de espera de passageiros. Ernânio Fernandes de Oliveira, um dos taxistas, recusou-se a ser tratado como bandido, e começou um bate boca com os policiais, que deram-lhe ordem de prisão e o jogaram no camburão. Mas os motoristas, juntamente com o presidente da Associação Profissional dos Taxistas de Altamira, Calixto Carneiro Chagas, denunciaram a arbitrariedade e se mobilizaram até conseguir a libertação de Ernânio, que é presidente do PC do B na cidade.

Protesto do funcionalismo

Aumento salarial de 35%, piso de Cz\$ 5.600, direito à sindicalização e à greve, horário corrido sem prejuízo dos vencimentos e disparo do "gatilho" salarial toda vez que a inflação atingir 5%. São as reivindicações dos funcionários públicos federais, que realizaram greve no dia 25.

Petroleiros se mobilizam

Os 16 sindicatos de trabalhadores da Petrobrás realizaram assembleias no dia 25 último e agora o Comando Nacional dos Petroleiros avalia o resultado destes encontros para decidir o próximo passo na campanha pelo reajuste salarial. A tendência, segundo os sindicalistas, é seguir o resultado da assembleia dos petroleiros da Refinaria de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, que já decretou o estado de greve. Os trabalhadores não aceitam o reajuste de 46% oferecido pela Petrobrás. O desentendimento maior entre os petroleiros e a Petrobrás é relativo ao aumento desigual dado em janeiro para os de nível superior e os de nível médio. Para os sindicalistas, os que tiveram reajuste menor deverão ser contemplados agora com percentuais maiores.

Um jornal dirigido ao leitor progressista

1. Considerações gerais:

1.1. Há na experiência recente da imprensa nanica o exemplo de sucessos editoriais. No entanto esses exemplos são de uma época de maniqueísmo completo - era a época do dragão da maldade contra o santo guerreiro.

A alternativa é partir para a luta por um segmento do mercado, ao nosso ver inexplorado e de tamanho ponderável, o leitor progressista: poderíamos caracterizar o jornal como democrático e popular.

Não nos parece viável um semanário de massas: o próprio caráter do semanário aponta para tiragens modestas e um leitor específico.

1.2. Não cabe num jornal democrático e popular a propaganda partidária "sutil" ou artigos assiadados por parlamentares de determinado partido ou ainda a divulgação das conquistas de tal ou qual país rumo ao socialismo.

Não se conquistará um público a menos que se consiga fazer um bom semanário - aquele que consegue passar uma imagem de isenção e trazer um certo ineditismo editorial.

1.3. Seria um passo importante pensar o jornal como parte de uma estratégia global de comunicação e ação política, visando a criação de uma corrente de pensamento marxista em relação aos problemas brasileiros - vale dizer, criar opinião. Atividades correlatas

poderiam ser pensadas como diferentes aspectos de uma estratégia: atividade editorial, criação de uma casa de cultura, grupos de teatro, produtora de vídeo, etc.

2. O jornal em si:

2.1. Público alvo: nosso sentimento em particular vai para a escolha de um segmento do mercado com razoável nível de informação e de tendência progressista, mesmo que solto ideologicamente. Deve-se atentar para a potencialidade de vendas junto a público do tipo "leitor da Folha Ilustrada", que se considera apolítico e cuja conquista demanda um projeto gráfico arrojado, antes de qualquer outra coisa.

A dicotomia entre "jornal de opinião" e "de acompanhamento da conjuntura" deve dar espaço à informação colocada num contexto, à leitura das entrelinhas do jornal diário. O forte componente opinativo aí subjacente deve ser trabalhado complementarmente em artigos de opinião.

2.2. Espaço relativo das editoriais. Existem três editoriais cujo potencial comercial, devido ao aspecto mais "neuro", merecem atenção especial, se se quiser realmente perseguir uma meta de vendas de forma consistente: Ciência, Cultura e Humor.

No campo da concorrência direta com a imprensa da grande imprensa deve-se aten-

tar para a informação diferenciada, de qualidade diferenciada. Por exemplo no campo sindical, ou contrapondo uma teorização alternativa sobre a cultura de vanguarda, o conceito de modernidade.

2.3. Sugestões quanto à forma: tablóide, sem uso de cor. A primeira página terá a primeira lauda de vários artigos, sendo o leitor remetido para o interior, para a conclusão. Ilustração na capa que não ultrapasse 1/4 do espaço, de modo a não dar impressão de que a primeira página não tem nada. Projeto gráfico específico para aliviar um visual que sugira densidade demasiada, "peso". Fotos e ilustrações no interior, no mesmo espírito.

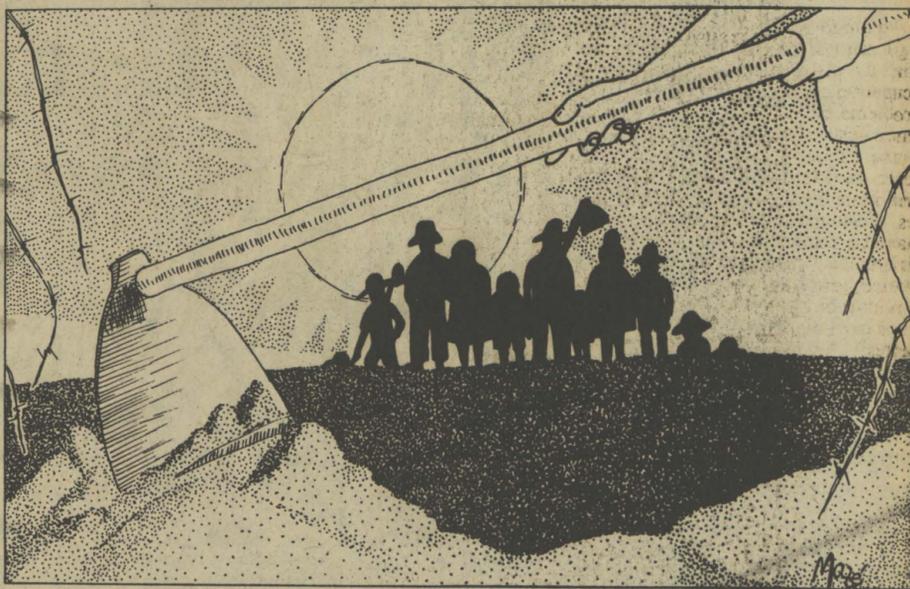
Cartoon e crônica humorística na última página, de modo a poder ser afixado na banca. 3. Criação das condições operacionais. Tudo indica que não será possível uma mudança imediata do produto atual para o novo. Seria possível a transformação paulatina do semanário atual naquele que se está pensando fazer, tendo assim a possibilidade de receber uma gama mais ampla de sugestões do leitor atual?

Simultaneamente será necessário proceder à reformulação da estrutura interna, adequando-a ao novo produto. A reformulação do arquivo, por exemplo, é condição preliminar e talvez possa começar a ser feita de pronto.

(Abel Brasil)



fala o POVO



Famílias de Cajuru - SP exigem reforma agrária

Carta aberta ao sr. Osvaldo Ribeiro, secretário dos Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo.

Nós somos 65 famílias, com mais ou menos 200 crianças, que estamos na luta pela reforma agrária. Queremos terra para morar e plantar. Em março de 1986 entramos na terra da fazenda Santa Carlota, em Cajuru, começando nossa dura luta pela terra para plantar. Porque a terra é para quem nela trabalha e nós somos os trabalhadores da terra. De lá

fomos arrancados na marra pela polícia, que cortou toda a lona de nossos barracos.

Mas não desistimos da luta pela terra. Estivemos no horto de Betuiva, na fazenda Guarani e hoje estamos, desde o dia 13 de janeiro de 1987, no horto Silvânia, próximo de Araraquara. Somos conhecidos como as famílias do Acampamento 5.

Queremos urgente sr. Osvaldo, seu apoio e do governo Quercia para: 1º) Ter nossa terra para morar e plantar sem mais

demora. Queremos e precisamos plantar já. 2º) Precisamos todo apoio para fazer nossa terra produzir alimentos para nossas famílias e nossa pátria. 3º) Conseguir, como medida de urgência, cestas de alimentos para nossos filhos, nossas esposas e nós. Basta de passar fome e mendigar alimentos. 4º) Osvaldo, convidamos o senhor para estar em nosso acampamento nos próximos dias.

Nossa luta continua. O povo unido jamais será vencido. (Famílias do Acampamento 5)

MANCHETE	14 PARLAMENTARES ATUANTES	5 TRIBUNA OPERÁRIA	7 MARCHA ESTUDANTIL
OPINIÃO DE Nossos PARLAMENTARES	OPINIÃO DE Nossos PARLAMENTARES	NOTÍCIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO	
FOTO E MELHOR IDENTIFICAÇÃO DOS PÚBLICOS			
10 LÍDEES DA LUTA OPERÁRIA/CAMPONESA	14 INFORMES DA ALBÂNIA	18 CULTURA E ESPORTE	19 RECADOS DO LEITOR
textos	textos sobre a ALBÂNIA	FOTOS	textos
OPINIÃO	temas: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO, POLÍTICA, ECONOMIA, LAZER, CULTURA, ESPORTE, TRANSPORTE, HABITAÇÃO, MULHER, RELIGIÃO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, etc.		canções
MARCO-HISTÓRICO (DATA) COM EMORAÇÕES			relatos
			opinião
DE O NO LANCE			

O leitor participando da Nova TO

É com grande satisfação que venho lhes oferecer minha contribuição a fim de resgatar a idéia brilhante e consequente de Lênin de que "o jornal é um propagandista, um agitador, um organizador coletivo" e queremos que vingue essa idéia, para que o socialismo também vingue.

Gostaria que não mudassem

Louvo e louvarei sempre as

decisões quando o leitor for chamado para participar e contribuir para dinamizar o papel do jornal - agente da luta operária-camponesa frente à exploração capitalista ou imperialista. "O leitor não é, apenas, um complemento econômico ao funcionamento da imprensa. É, também parte das implicações". (Badia El Kadi, Goiânia - GO)

Prefeito de Itaquá reage aos fatos

A Tribuna Operária recebeu do prefeito de Itaquaquecetuba carta que vai transcrita abaixo: "Com referência ao cinismo descabido da matéria publicada sob o título 'Prefeito insensível diante da tragédia', evidenciando um trabalho jornalístico sem qualquer seriedade nas suas informações, é a presente para levar ao conhecimento de V. S. que o conteúdo da matéria ali veiculada constitui crime de injúria previsto nos artigos 22 e 23 da Lei de Imprensa, ao envolver a dignidade de minha pessoa.

Assim, nos termos do artigo 31 do mesmo Diploma Legal, solicito seja retificada a maté-

ria ali contida, à vista de que, em nenhum momento, este administrador foi alheio aos problemas enfrentados pelos flagelados, como exposto de forma repulsiva por parte desse jornal.

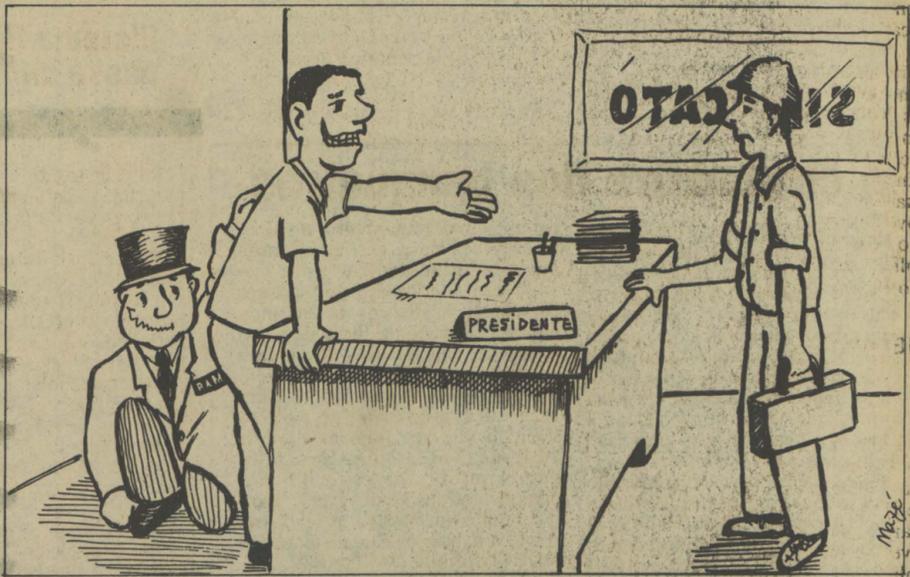
De outra forma, execrando-se o desserviço praticado por esse periódico, ao não entendimento da presente, do fato terá conhecimento o Poder Judiciário com as consequências legais.

Atenciosamente,

Gumercindo Domingos de Lima, prefeito municipal".

NOTA DA REDAÇÃO: As

informações prestadas pela matéria publicada no n.º 300 da Tribuna Operária foram colhidas por duas voluntárias que prestavam ajuda aos flagelados das enchentes em Itaquaquecetuba. As duas relataram a situação de penúria das vítimas da enchente e do descaso da Prefeitura em atendê-las dignamente. Também falaram das pressões feitas pelo prefeito contra elas, tentando tirar proveitos políticos da situação. Estranhamos que o sr. Gumercindo Lima, ao invés de contestar os fatos com argumentos, apela para a draconiana e antidemocrática Lei de Imprensa, herdada da ditadura.



Operário explorado pela Rami denuncia patrão e pelego

A Companhia de Montagem Rami, de Araraquara, mandou recrutar 27 profissionais em São Paulo, numa parada de 15 dias. Fomos as 27 pessoas, e quando nos apresentamos no escritório, pediram para que deixássemos as Carteiras Profissionais e que assinássemos contratos em branco. Assim feito, mandaram-nos para uma fábrica da Champion, em

Mogi-Guaçu, onde, em três dias, o serviço terminou!

A empresa pagou somente as horas trabalhadas. Procuramos o Sindicato da Construção Civil para revolver nosso problema. O presidente do sindicato ficou interessado no assunto, mas quando nos reunimos no escritório da empresa, o presidente do sindicato disse para os operários

receberem o que a firma quisesse pagar, porque ele não ia resolver nada, que ele não tinha tempo, e foi embora.

O operário vive explorado pelo baixo salário e um grande custo de vida e não podemos fazer nada, porque temos este sindicato parasita, pelego e traidor. (G. B. M., São Paulo)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefones: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangell.

1399 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500.

GOIÁS - Goiânia: R. 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: R. do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: R. Comendador Fontana, 88 - Fone: 253-7951 - CEP 80700. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222-2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabot: R. Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundial, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 11 de Marco, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amargal Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 28000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: R. Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Atelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Casimiro de Paula: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Composição, Fôrma e Fôrmas - L. Norte Fotolitos Ltda. Fone: 38.9238 - Imprensa C. J. Jurek. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Associação de Docentes da Fundação Maurício Grabois

Bancários ampliam a greve

A greve nacional dos bancários, iniciada no último dia 24, tende a ser prologanda, segundo as principais lideranças da categoria. A cada dia que passa ela ganha novas adesões e já coloca em risco o sistema financeiro, que pode em breve ficar operacionalmente inviabilizado. Segundo o Comando Nacional de Greve, na quinta-feira, dia 26, mais de 90% dos 750 mil bancários de todo o país haviam aderido à paralisação.

A massiva adesão à greve logo no primeiro dia, e sua posterior ampliação, causou grande impacto na sociedade. Os banqueiros, que apostavam no seu insucesso, tiveram que dar o braço a torcer. Numa conversa com os diretores da Federação dos Bancários de São Paulo, Alencar Rossi, superintendente de Recursos Humanos da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), comentou que estava "surpreso" com o alto índice de paralisação. Na quarta-feira, dia 25, a entidade patronal emitiu um comunicado dizendo-se "preocupada" com o crescimento do movimento.

A greve demonstrou o alto grau de descontentamento da categoria, que ganha pífios salários e reivindica um reajuste de 100%. Isto ficou patente principalmente nos Estados do Norte e Nordeste, onde a adesão foi imediata. Nas capitais destas regiões a paralisação foi total - nenhum banco teve condições de abrir suas agências. Nestas a greve contou inclusive com o apoio ativo de pequenos comerciantes e proprietários rurais, descontentes com os altos juros bancários. Tratores e caminhões foram estacionados nas portas dos bancos para contribuir com os piquetes.

O ponto fraco do movimento, no primeiro dia, ocorreu em São Paulo - coração do sistema financeiro do país. Segundo o próprio sindicato, apenas 50% da categoria aderiram à paralisação na capital paulista - deixando transparentes as debilidades da entidade na organização e mobilização da base. Outro Estado que também reduziu a força da paralisação num primeiro momento foi o Rio Grande do Sul, onde a direção sindical, contrapondo-se à decisão do Encontro Nacional dos Bancários, propôs a deflagração da greve para o dia 26. Essas falhas, entretanto, foram superadas no transcurso do movimento.

Na avaliação do Comando Nacional, o movimento já pode ser conside-



Fotos: Ailton S. Leite

Assembléia na Praça da Sé dia 25: categoria decide manter a paralisação até que os banqueiros atendam suas exigências

rado politicamente vitorioso. "Essa greve recupera historicamente as lutas da categoria iniciadas em 85", comenta Érico Melo de Abreu, diretor do Sindicato dos Bancários de Alagoas e membro do comando. Segundo explica, em 85 os bancários retomaram seu processo de mobilização com a realização de uma poderosa greve que obteve importantes vitórias.

Retomada das lutas em um novo patamar

Com o Plano Cruzado e a grande onda de demissões no setor, houve um certo recuo da categoria. "O que nós conquistamos em 85, perdemos em 86 e os bancos ainda reduziram mais o nosso poder aquisitivo. A própria greve desse ano, em setembro, não conseguiu reverter o quadro. Ela não obteve nenhuma conquista econômica de vulto", argumentou Érico.

Para ele, com a paralisação nacional

deste ano a categoria tem todas as condições de dar a volta por cima. "Os bancários estão demonstrando que tem fôlego para manter a greve por vários dias. Por outro lado, os banqueiros começam a dar sinais de fraqueza. Eles estão sentindo dificuldades para manter os bancos abertos, funcionando, e notam que o sistema financeiro está se estrangulando".

Euclides Fagundes, diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e membro do comando nacional, tem a mesma opinião. Segundo ele, os bancos foram os que mais ganharam com o Plano Cruzado. Conforme indicam seus balanços do semestre passado, tiveram altos lucros (ver quadro abaixo). "Eles têm todas as condições de atender às reivindicações da categoria. Só não o fizeram até agora porque jogam no desgaste da greve e numa maior intervenção policial do governo".

Sistema financeiro passa dificuldades

Realmente, a Fenaban está muito preocupada com a evolução do movimento grevista. Ela já reconheceu que a greve vem se ampliando e ganhando cada vez mais força. Além disso, os sinais de estrangulamento do sistema são visíveis. Na quarta-feira, dia 25, as bolsas de valores de São Paulo e do Rio de Janeiro não funcionaram e também não houve negociações no mercado paralelo do dólar e do ouro. No dia seguinte também deixaram de operar as bolsas de Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília. Mesmo os caixas eletrônicos já começam a ficar sem dinheiro.

Apesar disso, a Fenaban ainda se recusa a negociar. Ela informou que participará da reunião de conciliação marcada pelo Tribunal Superior do Trabalho para a próxima segunda-feira, dia 30. Porém avisou que "nós vamos porque fomos convocados. Mas



nossa posição continua inalterada. Não há contraproposta a fazer", garantiu Alencar Rossi.

A tática dos bancos é jogar no enfraquecimento e esvaziamento da greve. A Fenaban também espera que o Banco do Brasil apresente, antes da audiência do TST, uma proposta que ponha fim à paralisação de seus funcionários. Como este setor é um dos mais mobilizados e organizados da categoria em todo o país, o fim da greve levaria à divisão e enfraquecimento da luta unitária. Além disso, os bancos têm reivindicado maior intervenção das forças policiais, que até agora têm se mantido à distância dos grevistas. Fruto dessa pressão, no dia 26 o ministro do Exército colocou de "sobrevisto" cerca de 25 mil soldados, que permanecem nos quartéis aguardando ordens para intervir na greve.

A postura da Fenaban, porém, tem gerado divergências entre os banqueiros. Bancos menores, sem condições de resistir à greve por muitos dias, têm reclamado a reabertura das negociações. O Bradesco, maior banco privado do país, é o que mais tem colocado obstáculos à negociação.

Já do lado dos bancários, a mobilização e unidade cresce. Mesmo o susto dado por São Paulo, que se colocou como calcanhar-de-Aquiles do movimento, já foi superado. Segundo o sin-

dacato da capital paulista, na quinta-feira a greve atingiu mais de 80% da categoria - que possui cerca de 150 mil trabalhadores. Já em Porto Alegre, a categoria em peso engrossou o movimento no mesmo dia 26.

São Paulo supera as suas debilidades

No caso de São Paulo, a paralisação começou fraca na capital e forte no interior. Na assembléia decisiva da capital, dia 23, a diretoria do sindicato, identificada com a CUT, se dividiu. Alguns setores cutistas propuseram o adiamento da paralisação, reconhecendo o baixo nível de preparação. Mas a maioria da assembléia, com cerca de 4 mil presentes, preferiu se somar ao restante da categoria no país. A diretoria promoveu cinco votações, mas foi sempre derrotada na sua proposta defensiva.

Devido a esses fatores, a greve teve pequena adesão no primeiro dia. Mas, posteriormente, ela cresceu. Em muitas agências, os próprios bancários, espontaneamente, sem o auxílio da direção sindical, desencadearam a greve. Na quarta-feira, cerca de 25 mil bancários realizaram passeata pelas ruas centrais da cidade.

A choradeira dos banqueiros

A Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) tem adotado uma postura arrogante diante das reivindicações dos bancários. Antes da greve, recusou-se a negociar; nem sequer respondeu à categoria. Com o início da paralisação nacional, continuou a falar grosso. Seu presidente, Antônio de Pádua Rocha Diniz, chegou a afirmar que "não vamos sentar à mesa (de negociações), pois não temos mais nada a oferecer".

O argumento novamente utilizado pelos banqueiros é de que o setor foi o maior prejudicado pelo Plano Cruzado, está em crise e não tem condições de atender a exigência de 100% de aumento. Mas a choradeira é falsa, como comprova um aprofundado estudo elaborado pela Subseção do Dieese e o Banco de Dados do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

SETOR PRIVILEGIADO

Segundo o estudo, "os resultados favoráveis apresentados pelos bancos nos balanços do segundo semestre de 1986 contrariam frontalmente a tese de que o sistema financeiro foi o maior prejudicado pelo Plano Cruzado. As concessões feitas pelo governo a este setor e o retorno da inflação, acompanhados pela elevação vertiginosa da taxa de juros, converteram o setor bancário de suposta vítima do plano de estabilização no seu principal beneficiário".

Conforme o documento explica, com a decretação do Plano Cruzado em fevereiro de 86 e a promessa de "inflação zero", os bancos optaram por reduzir seus custos patrimoniais (redução de número de agências bancárias), administrativos (corte na folha de pagamento através da dispensa de cerca de 150 mil bancários) e operacionais (diminuição do horário de atendimento ao público). Além disso, passaram a cobrar taxas por serviços bancários prestados aos clientes - até então gratuitos. Através desses mecanismos, que prejudi-

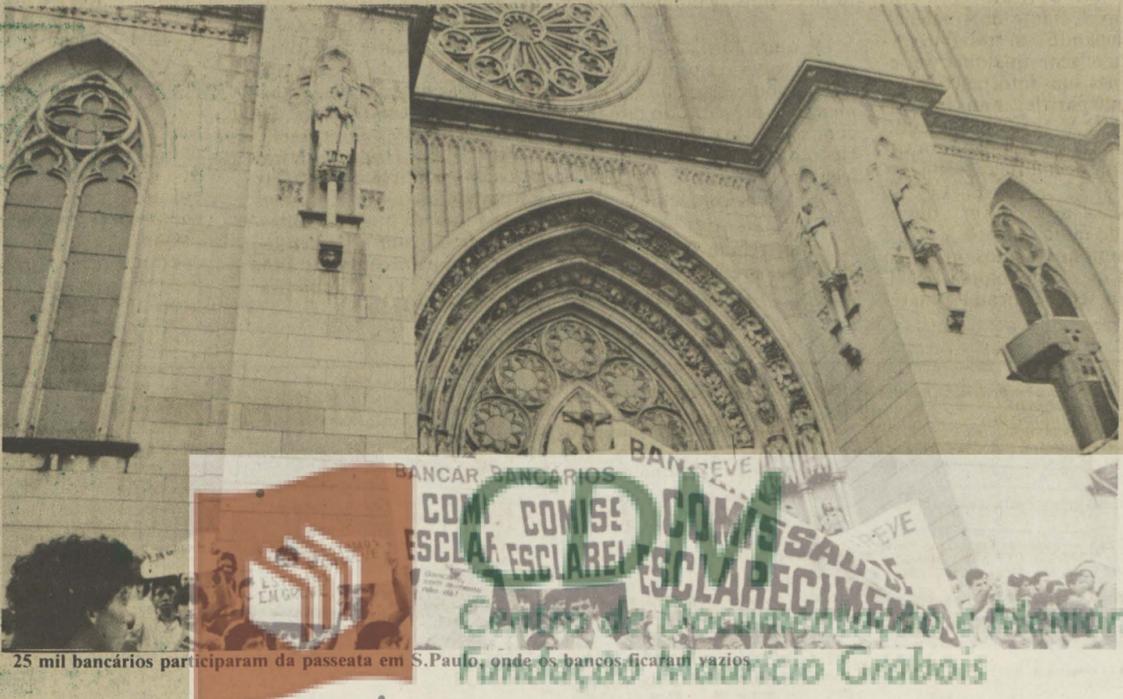
caram os trabalhadores e o povo, os banqueiros mantiveram e ainda aumentaram seus lucros.

Só com a cobrança dos serviços prestados, os bancos passaram a cobrir boa parte da folha de pagamento dos funcionários. "Enquanto no primeiro trimestre de 86 as rendas de serviços bancários cobriam 18,7% dos gastos com pessoal, no segundo semestre passaram a cobrir 28,3% do total das folhas de salários dos 11 maiores bancos", afirma o documento, que ainda revela: "Para o conjunto dos bancos, as rendas de serviços bancários é quase a metade (48,8%) do total dos lucros".

JUROS SE ELEVAM

Com a retomada da inflação em meados do ano passado, as taxas de juros voltaram a subir. Por outro lado, as medidas de "ajustes" dos bancos não foram afastadas e nem se deixou de cobrar os serviços bancários - que só foram eliminados neste mês. Consequentemente, aumentou ainda mais a rentabilidade dos bancos. Em todos os bancos analisados no documento, houve aumento do lucro líquido. O crescimento real médio foi de 70,92%, segundo o estudo, que compara o primeiro ao segundo semestre de 86. Ainda de acordo com o documento, "em cinco dos 11 bancos considerados o crescimento do lucro líquido ultrapassou 180%, chegando a 889,99% no caso do Banespa, ou seja, um lucro quase 10 vezes superior ao obtido no primeiro trimestre".

O documento também levanta a suspeita de que "os lucros dos bancos foram bastante superiores aos apresentados pelos balanços sob a denominação de lucro líquido". E conclui: "Verifica-se que o lucro total chegou a quase 20 bilhões de cruzados e a rentabilidade média do patrimônio líquido foi de 25,1%. Isto quer dizer que em apenas quatro anos estes bancos dobram o seu patrimônio".



25 mil bancários participaram da passeata em S. Paulo, onde os bancos ficaram vazios